

## Arenização

## Sarney sente-se "acuado" e prepara uma contra-ofensiva

CLÓVIS ROSSI  
Enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney, vítima há tempos de uma verdadeira síndrome de cerco, sentiu-se particularmente "acuado" (a expressão é dele mesmo) depois que o governador de São Paulo, Orestes Quéricia, e o presidente nacional do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, passaram a defender quatro anos de mandato para o presidente.

Por isso, Sarney convocou para a noite de anteontem, no Palácio da Alvorada, uma reunião dos chamados ministros políticos de seu governo, para uma análise de conjuntura destinada ao lançamento de uma contra-ofensiva, cujo centro é a obtenção dos cinco anos de mandato.

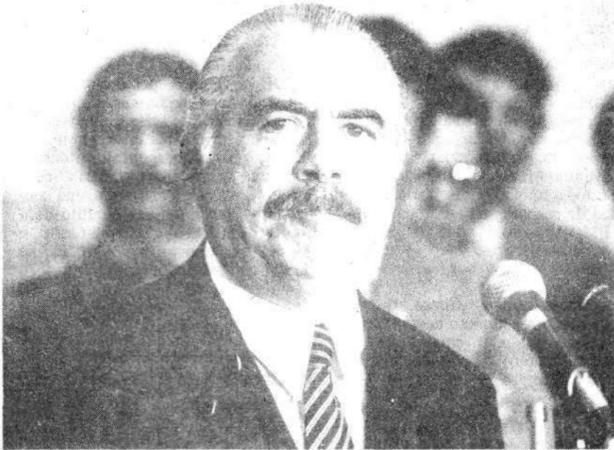
Participaram da reunião os ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Borges da Silveira (Saúde), Prisco Viana (Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente), Iris Rezende (Agricultura), Jäder Barbalho (Reforma e Desenvolvimento Agrário), João Alves (Interior), Anibal Teixeira (Planejamento) e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. Os quatro deixaram o Alvorada pela entrada de serviço, com seus carros oficiais em velocidade, às 21h30 de anteontem, sem pararem para atender os jornalistas que faziam plantão à porta da residência oficial.

A reunião da quinta-feira funcionou como uma espécie de ensaio geral para o novo esquema de funcionamento do presidente já a partir da próxima semana: três vezes por semana, Sarney ficará no Alvorada, no período da manhã, despachando o que foi batizado de "agenda ativa". Traduzindo: em vez de atender, no Palácio do Planalto, as pessoas que querem falar com o ele, Sarney atenderá, no Alvorada, as pessoas com as quais ele prefere conversar.

É óbvio que o tema prioritário dessas conversas será a duração do mandato do presidente, no bojo da montagem de um novo esquema de sustentação do governo. Sarney acha que foi abandonado pelos partidos: "O PFL rompeu comigo por causa do PMDB, que não me apoiou por causa do PFL", queixou-se o presidente a um interlocutor.

O novo esquema passa ao largo dos partidos. A Folha apurou que, doravante, o presidente fortalecerá todas as áreas partidárias que o apoiem, sem prender-se aos partidos institucionalmente. Assim, o Centrão, o agrupamento suprapartidário da Constituinte, afinado com o Palácio do Planalto, será prestigiado, sem preocupação com o partido a que pertencem os membros do grupo. Exemplo concreto: o ministro do Trabalho, em substituição a Almir Pazzianotto, poderá ser o deputado Gastone Righi (PTB-SP), membro do Centrão, apesar de pertencer a um partido dividido quanto ao mandato do presidente.

Mais: "Cada vaga que se abrir em estatais e no segundo escalão será



José Sarney, que discutiu com os ministros novas ações políticas pelos cinco anos

destinada a quem está com o presidente", antecipa Prisco Viana, cotado para substituir Ronaldo Costa Couto no Gabinete Civil, se este for deslocado para o Ministério do Planejamento.

Essa disposição do presidente levará a um inevitável confronto não declarado com o PMDB. Ontem, o senador José Richa (PMDB-PR) disse à Folha que "Sarney entrou em um beco sem saída e sem retorno. Ele rompeu com o PMDB, sem declará-lo, e o partido fará o mesmo. Vai se afastar sem formalizar o rompimento".

A tese exposta por Richa é quase consensual entre os chamados "históricos" do PMDB. Quem não concorda com ela não é por propor a aproximação com Sarney, mas uma posição mais radical: romper de vez, hipótese defendida, por exemplo, pelo Movimento de Unidade Progressista (MUP), ala esquerda do PMDB.

Os governadores peemedebistas, entretanto, são muito mais cautelosos. O de São Paulo, Orestes Quéricia, por exemplo, na audiência que manteve com Sarney na quarta-feira passada, disse ao presidente que continuava achando um mandato de cinco anos mais adequado, mas explicou que não podia "ficar contra o movimento popular pelos quatro anos".

Sarney ficou com a impressão de que Quéricia voltaria à defesa dos cinco anos ou, pelo menos, à neutralidade. Mas, mal Quéricia saiu da audiência, o presidente ligou a televisão e viu e ouviu o governador paulista ser ainda mais enfático na defesa dos quatro anos. "Eu não entendo o Quéricia", queixou-se, depois, com um amigo.

Essa reação do presidente ajuda a explicar porque ele sente-se, ultimamente, mais acuado do que antes. Para fugir ao cerco que imagina estar estendido em volta dele, o presidente vai mexer também no esquema de comunicação social do governo.

A reunião de anteontem, com os ministros políticos, já faz parte dessa modificação de comportamento, nascida no sistema oficial de comunicação, a partir de um texto elaborado por 32 professores de Jornalismo e Comunicação dos Estados Unidos e publicado sob o título "Manual de Comunicação Política" ("Handbook of Political Communication"), editado pelos profs. Dan Nimmo e Keith Sanders.

Desse volume, faz parte o item relativo à agenda dos políticos. Em vez de passar a maior parte do tempo recebendo pessoas que estão interessadas em falar com o presidente, mas na qual o presidente pode não ter maior interesse, haverá uma inversão: Sarney é que convocará ao Alvorada os interlocutores que lhe interessam.

A propaganda oficial tende a aumentar de volume. O governo federal gastou, em 1987, cerca de US\$ 20 milhões em propaganda, menos do que os US\$ 36 milhões de 86 e muito menos do que os US\$ 175 milhões empregados pelo governo no último ano da gestão João Baptista Figueiredo, de acordo com números oficiais.

"A única grande falha do meu governo é a comunicação", chegou a dizer Sarney, recentemente, a um de seus assessores. O presidente acha que as realizações do governo não chegam às páginas dos jornais ou ao noticiário de rádios e televisões, porque o debate político centraliza o interesse da mídia.

O governo culpa, em parte, essa deficiência de comunicação pela impopularidade recorde do presidente, conforme a última medição oficial. Segundo o ex-deputado federal Eduardo Galil (PDS-RJ) disse ao "Jornal de Brasília", 76% dos pesquisados desaprovam o governo Sarney, quase 20% mais do que o pico de impopularidade do presidente Figueiredo no final de sua gestão. Galil diz ter obtido os dados no próprio Palácio do Planalto, por onde de fato circulou anteontem.

## Presidente volta a lutar por 5 anos

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney mudou novamente sua posição e voltou a lutar por um mandato de cinco anos. Sarney disse a oito ministros e ao líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), na noite de anteontem, em reunião no Palácio do Alvorada, que mantém a posição, transmitida ao país no dia 18 de maio passado, de que os cinco anos de mandato são importantes para a nação, mas sente-se constringido em fazer manifestações a respeito, pois a Comissão de Sistematização estabeleceu quatro anos para ele. Segundo o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que transmitiu a informação, Sarney acha que uma manifestação a respeito do mandato

poderia ser interpretada como um projeto pessoal.

A reunião realizada no Palácio da Alvorada durou três horas, das quais uma hora e meia foram gastas na discussão do mandato, segundo Costa Couto. O deputado Carlos Sant'Anna aproveitou o momento para comunicar aos oito ministros presentes e ao presidente Sarney que uma emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que fixa as eleições presidenciais para 15 de novembro de 1989, já tinha 230 adesões. Ontem, segundo Costa Couto, Sant'Anna telefonou às 15h para comunicar que as adesões já somavam 278 (faltariam duas para garantir a vitória).

Na reunião, Sarney liberou seus ministros a lutarem pelos cinco anos,

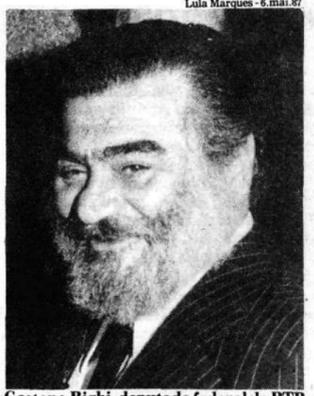
desde que não se manifestem em nome do presidente da República. Para Costa Couto, "é legítimo que os adeptos do mandato de cinco anos lutem. Não há por que assumir posição passiva e defensiva com relação ao assunto", disse ele. O próprio Costa Couto manifestou sua opinião a respeito do mandato: "Acho que eleição é sempre bem vinda. Pessoalmente, mesmo que isso venha a ser alvo de críticas, que considero prematuras, entendo que o melhor é o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney." Depois, o ministro disse que 1988 será um ano agitado pela atividade legislativa, pois logo que promulgada a Constituição, virá a fase de adaptações da legislação ordinária, dos Estados e dos municípios.



Anibal Teixeira, ministro da Seplan



Almir Pazzianotto, ministro do Trabalho



Gastone Righi, deputado federal do PTB

## Anibal vai a MG discutir Prefeitura

Da Sucursal de Brasília

O ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, disse ontem às 11h30, depois de sair de uma audiência com o presidente José Sarney, que neste fim-de-semana estará em Minas Gerais para discutir com o governador Newton Cardoso e o prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, as possibilidades de sua candidatura à Prefeitura de Belo Horizonte em novembro de 1988, para então definir se sairá ou não do ministério. Outro ministro que poderá sair para se candidatar a uma Prefeitura, a de São Paulo, é o do Trabalho, Almir Pazzianotto, que tem dito a amigos que abandona o ministério em maio, e que seu substituto pode ser o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP).

Ao sair da audiência com Sarney, Anibal Teixeira afirmou que o presidente lhe disse, a respeito das denúncias de corrupção e de sua possível saída do ministério: "Ani-

bal, fique firme, que isso é da guerra." O ministro afirmou também que não sabe ainda se tem apoio suficiente para vencer a convenção do PMDB, mas que confia na sua carreira política: "Eu concorri na minha vida a 31 eleições. Já fui cassado, mas eu nunca perdi uma eleição."

O deputado Gastone Righi falou à Folha por telefone, de São Paulo, e afirmou sobre o comentário de Pazzianotto: "Isso é uma boa notícia!" Depois, perguntou: "Mas como é que eu não sei disso (de sua indicação para o Ministério do Trabalho)?", e assegurou que "jamais" foi sondado pelo presidente da República ou por algum emissário presidencial.

Anibal Teixeira acha que é um ministro superpopular: "Eu sou o único ministro que chega em qualquer aeroporto do Brasil e é recebido por cinco ou seis mil pessoas do povo. Eu sou o único ministro do Planejamento que é popular em todo

esse país. Isso incomoda muita gente." Depois, afirmou que podia dizer, "com toda autocrítica", que ocupou um "espaço significativo".

O ministro do Planejamento falou ainda sobre uma notícia divulgada ontem, de que teria vendido microcomputadores a prefeitos de Minas Gerais por preço seis vezes superior ao do mercado. Disse que o assunto nada tem a ver com a Seplan, que passou os recursos dentro das normas para o Instituto Brasileiro de Municípios, encarregado da concorrência. Negou ainda que tenha um irmão ou um primo proprietários de empresa de consultoria a Prefeituras, que estariam envolvidos com a intermediação de verbas da Seplan para os municípios.

Anibal Teixeira afirmou também que a Seplan vai construir 500 mil casas em 150 dias, ao preço de Cz\$ 50 mil por unidade. Segundo ele, com a construção destas casas a Seplan está economizando Cz\$ 75 bilhões.

## Centrão quer acordo com "Grupo dos 32" Centrão muda projetos para obter apoio de sindicalista

Da Sucursal de Brasília

O Centrão está atrasando a divulgação de suas emendas para utilizar um acordo com o "Grupo dos 32", formado por moderados de cinco partidos. Até o final da tarde ontem, representantes dos dois grupos computavam as coincidências das propostas de modificação ao projeto da Sistematização e se preparavam para iniciar, neste fim-de-semana, a redação de emendas comuns. "Oitenta a 90% do texto dos '32' é semelhante ao nosso", disse o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), um dos três relatores do Centrão.

Mesmo tendo a maioria numérica dos constituintes, o Centrão tem interesse pelo acordo porque viabiliza uma vitória mais folgada nas principais votações. O "Grupo dos 32" contribui ainda com sua melhor organização e praticidade, pois já tem pronto desde o final de dezembro um projeto alternativo, o "Hércules 4". Nos dois últimos dias, Tinoco e o senador José Lins (PFL-CE) reuniram-se informalmente com o senador Virgílio Távora (PDS-CE) e a depu-

## Deputado propõe a independência do Acre

Luiz Marques



O deputado Osmir Lima (PMDB-AC)

Dentre as quase 400 emendas já apresentadas ao projeto da nova Constituição, uma, do deputado Osmir Lima (PMDB-AC), bateu todos os recordes de originalidade: ele quer desincorporar o Acre do país, transformando-o num Estado independente. Sem chances de aprovação, a emenda é um protesto contra a "marginalização" do governo federal aos acreanos.

Num longo texto, Lima pede que se reconheça a existência político-jurídica do Acre, declarando-se nula sua incorporação ao Brasil. Num estilo barroco, a justificativa diz que "resta ao Acre, traído em sua boa fé, o caminho da desincorporação, o do trilhar caminhos próprios (...) a fim de que o nosso povo, sofrido e esquecido, possa, através de sua auto determinação, abrir as portas do futuro."

cando uma maioria de equilíbrio", afirmou Tinoco, estendendo a possibilidade de acordo ao "Grupo de Entendimento".

Usando a discussão da estabilidade no emprego como exemplo, Tinoco

disse que os dois grupos têm alternativas diferentes "na forma", mas "semelhantes na essência". Enquanto o Centrão estabelece a possibilidade da demissão contra o pagamento de uma indenização progressiva ao tempo de serviço, o "Grupo dos 32" prefere remeter o assunto para a legislação ordinária. Nenhum dos grupos concorda, portanto, com a estabilidade aprovada pela Comissão de Sistematização.

"Estamos confiantes num amplo entendimento", disse Sandra Cavalcanti. Neste fim-de-semana, os interlocutores dos dois grupos voltam a se reunir para finalizar a redação de um amplo quadro comparativo das propostas de modificação. Trata-se de um instrumento fundamental para vencer resistências de determinados coordenadores do Centrão. Apesar de Tinoco negar, há discordância dentro do grupo para a apresentação de propostas comuns.

Pela sua heterogeneidade e dimensão, o Centrão está com dificuldades para fechar oficialmente seu projeto. Mas, desde a última quinta-feira, um "documento de trabalho" está pronto. "Esse documento é o básico. As modificações conceituais só ocorreram com um entendimento amplo dentro do grupo", disse Tinoco.

O Centrão discutiu ontem à tarde uma nova fórmula para tentar conquistar o apoio dos sindicalistas para sua proposta alternativa à estabilidade no emprego. O pagamento de uma indenização progressiva ao tempo de serviço contra dispensas imotivadas seria aplicado retroativamente, tendo como marco inicial a data de instalação do Congresso constituinte (1º de fevereiro de 1987). Antes, o Centrão defendia a aplicação apenas após a promulgação da nova Constituição e os sindicalistas queriam uma indenização retroativa que abrangesse integralmente os contratos de trabalho em vigor.

É uma tentativa de obter o aval do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, que concordou com o pagamento da indenização mas discordou da data para sua aplicação. O Centrão não conseguiu localizado ontem para discutir esta alternativa.

## Deputado diz que 283 parlamentares apoiam os 5 anos

Da Sucursal de Brasília

O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) disse que conquistou apoio de 283 parlamentares para emenda que define mandato de 5 anos para o presidente Sarney, mas se recusou a mostrar as assinaturas dos defensores. Até quarta-feira (data final para a entrega de emendas ao projeto da Constituição), espera ter 320 assinaturas. Iensen só informou que 70% são membros do Centrão.

"É coisa minha. Não tem influência nem do presidente nem do Centrão", afirmou o deputado, que integra o bloco dos evangélicos do Congresso constituinte. Mesmo assim, ele comunicou a Sarney que angariava apoio para a emenda durante encontro dos parlamentares com o presidente para os votos de boas festas. "Ele sorriu em silêncio", disse Iensen, que retirou da parede de seu gabinete uma fotografia onde aparecia ao lado de Sarney, depois de ser seguidamente indagado sobre sua proximidade com o presidente.

Iensen discorda que esteja aumentando o mandato de Sarney, que foi fixado em 4 anos pela Comissão de Sistematização. "A Constituição atual ainda está valendo, dando 6 anos para o presidente. Portanto, não estamos reduzindo o mandato", disse. Disposto a fixar as eleições presidenciais em 89, o deputado ficará em Brasília no final de semana, pois tem "que trabalhar bastante".

gicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, que concordou com o pagamento da indenização mas discordou da data para sua aplicação. O Centrão não conseguiu localizado ontem para discutir esta alternativa.

Na redação final das emendas do grupo, o Centrão inclui a proposta de aposentadoria, defendida pela liderança do PTB e pelos sindicalistas, que estabelece o cálculo "baseado no salário-contribuição dos últimos 12 meses" com reajustes a partir da correção monetária. O Centrão incorporou ao texto uma outra emenda da liderança do PTB, que estende a aposentadoria a ambos os sexos com a morte do segurado. Assim, o homem poderá passar a receber aposentadoria com a morte da mulher.

## Parlamentar vai propor eleições gerais em 1989

Da Sucursal de Brasília

O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), 37, apresentará terça-feira emenda propondo eleições gerais em 89. A proposta foi anunciada como se tivesse apoio do Planalto e do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Mas a emenda nem está pronta e Ulysses nega o patrocínio.

"Todos sabem das minhas ligações com o dr. Ulysses. E quero também deixar claro que a emenda também não foi negociada com o presidente Sarney", afirmou. Segundo ele, a ideia de prorrogar os mandatos dos prefeitos e vereadores que tomaram posse em 15 de março de 1983 e de antecipar a eleição dos governadores prevista somente para 1990 "não visa prejudicar nem ajudar ninguém". Seu interesse, disse, é evitar duas eleições tão próximas.

Pela proposta, segundo Heráclito Fortes, todos os detentores de cargos eletivos hoje poderiam tentar a reeleição, inclusive o presidente Sarney, com a única exceção dos prefeitos, que já estariam ganhando oito meses de mandato. Para tentar a reeleição, os governadores deveriam pedir licença do cargo 45 dias antes da data das eleições, previstas para 7 de setembro de 1989. E os senadores eleitos em 1986 teriam que obter pelo menos 30% dos votos que tiveram para poder cumprir os quatro anos que teriam ainda pela frente.

## Constituintes apresentaram poucas emendas até agora

Da Sucursal de Brasília

O dia foi calmo ontem para os 23 funcionários escalados para receber as emendas dos constituintes ao projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Até agora só foram protocoladas 474 propostas, sendo 203 de ontem e 271 de quinta-feira. Ontem foi o segundo dos sete dias previstos para a apresentação das emendas. O movimento maior é esperado para o final da próxima semana.

Até as 19h do dia 13, a secretaria geral da Mesa do Congresso constituinte deverá receber pouco mais de 2.200 emendas. Como cada constituinte só pode propor quatro, o total de emendas individuais será de 2.236 se todos chegarem ao seu limite. Além disso, algumas emendas coletivas —subscritas por mais de 280 constituintes, com preferência na votação em plenário— estão sendo esperadas.

Regina Beatriz Ribas Mariz, 39, coordenadora do trabalho está tranquila. O grupo sob seu comando já manipulou 35.111 emendas nas duas

primeiras fases de apresentação de emendas em plenário. Essa é a terceira e penúltima chance dos constituintes tentarem mudar o projeto. O esquema montado é semelhante ao das outras vezes. Os funcionários ficam de plantão de 9h às 19h durante os sete dias previstos na sala de reuniões da Comissão de Finanças do anexo 2 da Câmara. Quem leva a emenda —escrita em formulário próprio— pega primeiro uma senha. Uma vez atendido, passa por uma das oito equipes de conferência dos dados. O erro mais comum tem sido a remissão errada aos artigos do projeto da Sistematização. Depois disso, o original e três cópias da proposta são levados a um outro setor. Uma funcionária registra primeiro a lista de constituintes e o número de emendas que o autor está apresentando. As propostas são numeradas e, em seguida, é feito o registro das emendas já numeradas. O último passo é o protocolo num livro. Uma das cópias fica com o autor e as outras seguem para o arquivo e reprodução.



Assessores dos constituintes entregam emendas na Comissão de Finanças